

A luta contra o genocídio da juventude negra : reflexões sobre a realidade brasileira

Marisa Feffermann

O preconceito racial no Brasil vem desde o sistema escravista. Depois da Abolição e, principalmente, da proclamação da Independência do Brasil, a questão da identidade nacional se coloca de maneira crucial. Constituem-se comportamentos discriminatórios, que são justificados por teorias científicas produzidas ao longo do tempo, na ótica da ideologia chamada racismo. Assim, a escravidão e o extermínio dos povos indígenas se caracterizam por aquilo que Darcy Riberio denominou de o “moinho de gastar gente”.

Hoje, no Brasil, a morte prematura da juventude negra em decorrência de causas externas¹ é a face mais visível e mais cruel do racismo. Os jovens negros² são as principais vítimas dos homicídios, *vide* Mapa da Violência 2013³. Estudo aponta o homicídio como a principal causa de mortes não naturais e violentas entre os jovens. Em 2011, a cada cem mil jovens, 53,4 foram assassinados. As mortes não naturais e violentas, como acidentes, homicídio ou suicídio, cresceram 207,9% entre os jovens no período de 1980 a 2011. O número é ainda maior quando analisado somente os assassinatos, com aumento de 326,1%. Com o aumento dos homicídios entre a população negra, a probabilidade de um preto ou pardo ser vítima de assassinato no País passou a ser 2,4 vezes maior do que a de um branco. Esses dados explicitam o que podemos definir como o genocídio da Juventude Negra. Nos últimos dez anos, foram registrados 522 mil homicídios.⁴ Estudo oficial⁵ revela que 33,5 mil jovens serão executados no Brasil entre 2006 a 2012, sendo que o risco é quase triplicado para os jovens negros. O executor mais contundente é o agente do Estado^{6, 7}.

¹ Classificadas de acordo com o Capítulo XX da Classificação Internacional de Doenças - Décima Revisão (CID I 0), que abarca as causas externas (homicídios, suicídios e acidentes).

² É comum o uso da faixa de 15 a 24 anos na definição de juventude. No entanto, tal procedimento nem sempre é adotado. Por exemplo: na pesquisa espanhola, Informe Juventud en España, o intervalo é de 15 a 29 anos; já na Encuesta Nacional de Juventud 2000, realizado pelo Instituto Mexicano de La Juventud, o intervalo pesquisado é o de 12 a 29 anos.

³ Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde. Dos 52.198 homicídios ocorridos no Brasil em 2011, 18.387 tiveram como vítimas homens negros entre 15 e 29 anos, ou seja, 35,2% do total. Foram assassinados 35.207 cidadãos negros no País em 2011, segundo levantamento feito pela **Agência Brasil** com base em dados do SIM.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), verifica-se que, em 2011, a taxa de homicídios dessa população foi de 35,2 por cem mil habitantes, taxa 9% acima do que a observada cinco anos antes, quando foram registrados 29.925 casos, ou seja, 32,4 por cem mil habitantes.

⁴ Constata-se que a marginalização em relação à população negra é alarmante: as chances de uma pessoa negra morrer são 103,4% maiores se comparada a uma pessoa branca, e a probabilidade de morte de um jovem negro entre 15 e 25 anos é 127,6% maior que a de um branco da mesma faixa etária.

⁵ Um estudo conjunto entre a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Fundo das Nações Unidas para a Infância UNICEF) e o Observatório de Favelas.

⁶ O jornal *Correio Braziliense*, após cruzar dados de mortalidade por força policial do Ministério da Saúde e das ocorrências registradas nas secretarias de Segurança Pública do Rio de Janeiro e São Paulo, revelou que uma pessoa é morta no Brasil pela polícia a cada cinco horas e que 141 assassinatos são realizados por agentes do Estado a cada mês. Ainda segundo o estudo, Rio de Janeiro e São Paulo concentram 80% dos assassinatos cometidos por policiais no Brasil. http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2011/07/25/interna_brasil,262535/policia-mata-uma-pessoa-no-brasil-a-cada-cinco-horas.shtml

⁷ Segundo a Human Rights Watch, entre 2005 e 2009, as forças policiais de São Paulo e Rio de Janeiro juntas assassinaram 11 mil pessoas sob a justificativa legal de “resistência seguida de morte” ou “autos de resistência”. Nos últimos cinco anos, a polícia paulista assassinou mais pessoas (2.176) do que toda a polícia sul-africana (1.623).

O movimento negro no seu percurso, com atalhos e retrocessos, tem exigido o fim da discriminação. Que tempos são estes em que os jovens têm que se organizar em movimento para garantir a própria vida? Diante desse cenário, a grande bandeira do movimento negro hoje é pelo fim do genocídio da juventude Negra.

Vivenciamos um tempo em que a estrutura violenta do capitalismo insurge com toda força e se configura como um Estado Punitivo⁸ e controlador. As ofertas do Estado para os jovens que vivem nas periferias e morros das grandes cidades são o encarceramento e a execução sumária, realizada na maioria das vezes por agentes de Segurança Pública do Estado. Produz-se, assim, um imaginário de medo e insegurança e a responsabilidade recai sobre um grupo que desde há mais de 400 anos é rotulado como perigoso.

O movimento negro caracteriza como genocídio todas as políticas estatais que sistematicamente têm impacto negativo na qualidade de vida da população negra. Para a Organização das Nações Unidas (ONU), o genocídio diz respeito a todo ato que visa destruir, matar, limitar a reprodução física, cultural e social de um determinado grupo em desvantagem social em relação a outros grupos em determinada sociedade. A proposta do movimento é denunciar o preconceito e a discriminação no cotidiano da sociedade brasileira.

O racismo e a discriminação produzindo histórias de humilhações e segregações

Fernandes (1989) afirma que as situações de desvantagem nas quais está inserida a população negra estão relacionadas a um conjunto de fatores que vão desde a explícita segregação social ao racismo velado. São condições que inferiorizam o negro, submetendo-os, por exemplo, às piores condições empregatícias e aos piores salários. Nessa perspectiva, é importante compreender como se constitui o racismo no Brasil.

O racismo no Brasil se caracteriza como racismo de marca⁹ e não de origem, prendendo-se, assim, às características fenotípicas do indivíduo. Constitui-se em uma resposta engendrada a serviço das modernas ideologias de dominação e exclusão, no interior do sistema capitalista de produção e seus desdobramentos, em continuidade aos caminhos historicamente reconhecido, desde as leis abolicionistas as formas como se deu o processo de abolição sempre se evidenciou a exclusão dos negros como agentes do processo de construção do sistema produtivo e político, segmentos de sociedade, historicamente considerados periféricos a esse processo e a essa sociedade gerada e desenvolvida no bojo das contradições¹⁰.

A noção de raças diferentes e hierarquizadas surgiu no final do século XVIII e se consolidou na Europa tendo sido justificada por uma visão positivista da ciência. O objetivo era criar diferenças e justificar a desigualdade racial. Moore (2007) afirma que a raça:

é um conceito, uma construção, que tem sido às vezes definida segundo critérios biológicos. Os avanços da ciência nos últimos

⁸Wacquant, Loïc. *As prisões da miséria*. Zahar, 2001.

⁹ Na falta de expressões mais adequadas, o preconceito, tal como se apresenta no Brasil, foi designado por preconceito *de marca*, reservando-se para a modalidade em que aparece nos Estados Unidos a designação de preconceito *de origem*. Nogueira (2006,p.291). Onde o preconceito é de marca, como no Brasil, o limiar entre o *tipo* que se atribui ao grupo discriminador e o que se atribui ao grupo discriminado é indefinido, variando subjetivamente, tanto em função dos característicos de quem observa como dos de quem está sendo julgado, bem como, ainda, em função da atitude (relações de amizade, deferência etc.) de quem observa em relação a quem está sendo identificado, estando, porém, a amplitude de variação

dos julgamentos, em qualquer caso, limitada pela impressão de ridículo ou de absurdo que implicará uma insofismável discrepância entre a aparência de um indivíduo e a identificação que ele próprio faz de si ou que outros lhe atribuem. Nogueira (2006,p.293).

¹⁰ Relatório de Desenvolvimento Humano. "Racismo, pobreza e violência." Brasília: PNUD Brasil, 2005.

cinquenta anos do século XX clarificaram um grave equívoco oriundo do século XIX, que fundamenta o conceito de “raça” na biologia. Porém, raça existe: ela é uma construção sociopolítica, o que não é o caso do racismo. (P.10).

Segundo Munanga (1990), o racismo é a tendência de ligar características intelectuais e morais de um grupo às suas características físicas ou biológicas, como sendo consequências diretas.

O conceito de raça é criado no âmbito científico e político, e mesmo sendo negada a sua veracidade biológica passou a legitimar a exclusão da população negra.

Willians (1975) contribui com essa discussão afirmando que a origem da escravidão negra esta relacionada com questões econômicas :

A razão era econômica, não racial; isto não tinha a ver com a “cor” da mão-de-obra, mas como o fato dela ser barata. [...] O aspecto físico dos homens, seu cabelo, sua cor e dentição, suas características “subumanas” tão alardeadas, foram apenas racionalizações posteriores utilizados para justificar um fato econômico simples: as colônias precisavam de mão-de-obra e empregou o trabalho Negro, porque era ela a mais barata e a melhor”.

Essa visão sobre a origem da escravidão negra é compartilhada com Moore (2007): Na contemporaneidade, o racismo está arraigado em todas as instâncias de funcionamento do mundo, tanto na econômica como na política, na cultural e na militar. (p.204)

O racismo, que ganhou nova roupagem nos dias atuais, é o principal fator da condição de miséria do negro e da violência por ele sofrida, como demonstra os estudos realizados para verificar as condições de vida da população brasileira.

O Movimento social negro constitui-se na luta dos negros, na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os com o intuito de resolver problemas provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elementos de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. O movimento negro se constitui enquanto buscando responder a experiências de discriminação e o racismo, que se efetivam nas desigualdades apresentadas no nível educacional, no mercado de trabalho e no grau de mortalidade infantil. As profundas desvantagens explicitadas em experiência e dados empíricos são irrefutáveis : existe discriminação e racismo no Brasil

O desenrolar da história que delimita a morte simbólica e real do outro – O negro brasileiro

Essa situação atual do negro tem origens históricas num passado marcado pela exploração econômica e humana, cujas estratégias de dominação se davam, entre outras formas, por meio das tentativas de apagamento da história desse povo oprimido. Por isso, um dos objetivos dos movimentos negros atuais é recuperar a história de seu povo, sua identidade, sua cultura, seus heróis, procurando resgatar inclusive sua autoestima, perdida com anos de discriminação.

A escravidão¹¹ no Brasil marcou de forma indelével a história do País. A violência característica desse processo influenciou de forma decisiva a constituição da subjetividade dos negros (MOURA, 1994). A existência do conceito pejorativo de raças biológicas passou a marcar a vida de vários grupos étnicos, a partir de características físicas cria-se diferenciações que podem gerar comportamentos discriminatórios individuais ou coletivos.

Na busca de garantir a manutenção do sistema de poder escravocrata, as insurreições negras no período colonial foram reprimidas de forma brutal, reforçando o estereótipo do grupo perigoso. No entanto, a resistência à opressão ocorreu por meio de fugas, suicídios, recusa ao trabalho, rebeliões, além da criação de quilombos (MOURA, 1989).

A escravidão constituía-se num sistema que era retroalimentado pelo medo dos então senhores feudais, que utilizavam aparelhos de controle cada vez mais eficazes para garantir o domínio sobre a mercadoria, buscando impedir qualquer possibilidade de rebeldia (MOURA, 1988, p. 332).

A ideia das classes perigosas, hoje tão propalada, tem seus primórdios nesse processo. Como também a construção do medo desta classe através de discursos que produzem no imaginário social a necessidade de segurança e controle: “esses discursos

formam o sistema de controle social no Brasil de hoje e informam o imaginário social para as explicações de violência. (BATISTA, 2003).

Um fragmento de um clássico sobre relações raciais produzido por Azevedo, demonstra uma dimensão do medo no Brasil: "toda uma série de brancos esfolados ou bem nascidos e bem-pensantes que, durante todo o século XIX, realmente temeram acabar sendo tragados pelos negros mal-nascidos e mal-pensantes" (AZEVEDO, 1987, p. 19). Ressalte-se, dessa forma, o medo na gênese do processo de discriminação operacionalizado nas instituições brasileiras. Um segundo elemento motivador das políticas de exclusão é a defesa de privilégios.

A escravidão, com o avanço da indústria, passou a ser um percalço para os interesses dos capitalistas em expandir o seu sistema, e, assim, ocorreu uma forte pressão por todo o mundo para o fim dessa instituição. Nessa movimentação social, o processo de deterioração e exclusão da população negra aumentou. Se antes o negro era uma mercadoria necessária para o processo de acumulação primitiva do capital, no sistema capitalista tornou-se um entrave para o avanço da modernização do País.

Na primeira República, os valores semeados durante os 300 anos de escravidão são reforçados pelas teorias racistas vindas da Europa. Entre as teorias que são acatadas pelos cientistas brasileiros, está as ciências das raças, ou Eugenia, o darwinismo social e a higienização social, que foram assimiladas de forma específica no Brasil, ganhando evidência que estabelecem uma ponte entre os conceitos propostos e a realidade das relações raciais no País (SCHWARCZ, 2002). Segundo essas teorias, a mestiçagem que caracteriza a população brasileira era um dos grandes problemas que impedia o avanço e a modernização do país. Assim, a República, proclamada um ano depois da abolição da escravatura, marginalizou ainda mais a população negra, inclusive politicamente, já que o sufrágio universal não se estendia aos negros (ANDREWS, 1991). Além disso, economicamente esses indivíduos foram privados

¹¹ Moore(2007) aponta a importância da discussão sobre o processo de efetivação da escravidão moderna, considerando que essa é constitutiva do mundo moderno e do capitalismo: O mundo moderno, o capitalismo e a indústria são incompreensíveis, e inexplicáveis, sem os três fatos fundantes da modernidade: a) a brutal investida da Europa Ocidental no continente africano; b) o empreendimento de um tráfico negreiro transoceânico e de grande porte que envolveu dezenas de milhões de seres humanos; c) a imposição, aos africanos de raça negra, nas Américas, e por mais de três séculos, de um sistema de escravidão racial, que gerou as fabulosas riquezas para o mundo Ocidental, dando origem ao capitalismo industrial. Ora, a escravidão das Américas se distingue, fundamentalmente, de todas as formas de escravidão que a precederam na história. Trata-se da primeira experiência na história em que uma raça inteira foi especificamente almejada para a escravização. (p.96).

do acesso ao emprego, à moradia, isto é, ao pleno exercício da cidadania. Configura-se uma República excludente, impregnada do princípio da desigualdade, um legado da escravidão (BATISTA, 2003, p. 37).

Dá-se assim o início do processo de embranquecimento da população, como uma medida de modernização, justificando, portanto, a remoção e o extermínio da população negra brasileira. As primeiras medidas começaram a ser tomadas ainda no seio da sociedade escravagista, com a onda de imigrações, iniciada já em meados de 1850, para as fazendas de café do interior paulista. O incentivo à imigração europeia teve dois interesses primordiais: a diminuição de gastos e a perspectiva de eugenia e higienização da população, um projeto da elite cafeicultora que era inspirado no darwinismo social. Nessa perspectiva, o homem branco seria o ideal para a formação e desenvolvimento do povo brasileiro¹².

Na década de 1920, constatou-se que o projeto de eugeniização havia fracassado, pois a imigração havia diminuído e a população negra permanecia. Iniciou-se um processo de re-significação do conceito de mestiçagem – colocando-a como solução e não problema ao Brasil, isto porque defendiam que paulatinamente o país branquear-se-ia a partir da mistura de sua população mestiça e do incremento de população branca com a imigração européia.

Diante desse quadro, começa a se delinear uma organização de libertos, ex-escravos e seus descendentes, criando grupos (clubes, grêmios ou associações). Segundo DOMINGUES (2004) e PINTO (1993), esses grupos tinham um caráter assistencialista, recreativo e/ou cultural e buscavam promover uma conscientização e mobilização raciais. Essa organização é posteriormente denominada de Movimento Negro.

A imprensa negra é, para Moura e Florestan, a primeira realização do movimento negro pós-abolição, todavia, teve um caráter contraditório e logo começa a propagar ideias que reproduziam o discurso hegemônico.

A Frente Negra Brasileira (FNB) surgiu em São Paulo, em 1931, e se espalhou por mais de 60 delegações em torno do programa denominado “preconceito de cor”. De início, a FNB mantinha um trabalho educacional, esportivo, cultural e assistencialista, tendo o jornal *A Voz da Raça* como porta voz da organização. Depois, com posições políticas e ideológicas ultranacionalistas, se transforma em um partido político, mas com o Estado Novo (1937-1945) a organização foi extinta. Fernandes caracterizou a FNB como uma organização de cunho integracionista, reivindicatória, propensa a teorias fascistas e, ainda, como vanguarda puritana liberal que propunha a reeducação dos negros para fazê-los ingressar na sociedade de classes, revelando o interesse da FNB pela ascensão social e pela identificação cultural com o mundo branco civilizado.

Durante o Estado Novo, os movimentos sociais foram reprimidos, e só após a queda da ditadura Vargas é que a organização do povo negro ressurgiu, tendo a União dos Homens de Cor (UHF) como uma das principais entidades negras no País. No Rio de Janeiro, surge o Teatro Experimental do Negro (TEN), que também teve uma grande importância na mobilização do movimento negro e que tinha Abdias do Nascimento como sua principal liderança.

O Populismo na Era Vargas, na construção da Identidade Nacional, defendeu a mestiçagem e a harmonia entre as raças¹³. Assim, o Brasil vive o chamado “pacto populista” ou “pacto nacional-

¹³A miscigenação Na sua obra, *O Genocídio do Negro Brasileiro*, Abdias Nascimento (1978) talvez tenha sido o primeiro pensador sul-americano a ter enquadrado claramente os preceitos da doutrina de miscigenação na América Latina em uma perspectiva de genocídio. Os postulados de Nascimento convergem, também, com os esquemas explicativos de Frantz Fanon (1983), *Peau Noire et Masques Blancs* (Pele Negra e Máscaras Brancas), Calvin Hernton (1966), *Sex and Racism in America* (Sexo e Racismo na América) e *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil*, de Kabengele Munanga (1999). Tomadas no seu conjunto, essas quatro obras apontam para o fato de que a miscigenação - longe de ser uma mera inter-relação

desenvolvimentista. A mestiçagem que havia sido valorizada com o objetivo de branquear o Brasil passa a ser valorizada como característica nacional. Propagou-se a ideia de que o Brasil é uma nação onde não existem preconceitos raciais, e que o negro e o mulato são capazes de ascender ao mais alto escalão social, dependendo apenas de sua vontade. O discurso de vivência harmoniosa entre raças escamoteia a experiência cotidiana dos negros e as práticas discriminatórias e racistas¹⁴.

O mito da “democracia racial” é base para formação do pensamento social brasileiro e torna-se um impeditivo para compreender a realidade do negro no Brasil, escamoteando o racismo presente e mascarado da sociedade brasileira. E ainda torna-se um empecilho para a construção de saberes na luta para a transformação dessa realidade

O Movimento Negro sai de circulação durante os anos mais violentos da Ditadura Militar, e somente no final da década de 1970 é quebrado o silêncio do movimento. O golpe militar de 1964 desmantelou a mobilização existente nos movimentos sociais e conseqüentemente no movimento negro unificado. A resistência do movimento negro ou mais especificamente de militantes negros ocorre com maior intensidade no campo da cultura, considerando a repressão política e a aproximação com a África Negra. Nessa perspectiva, procurava-se construir a identidade negra. Assim, as manifestações culturais eram incentivadas em várias cidades brasileiras, em busca de afirmação étnica (GUIMARÃES, 2001).

Durante este momento, o movimento negro sofre influência do movimento Negritude. Segundo Kabenguele (1986) objetivos fundamentais da negritude era a afirmação e a reabilitação da identidade cultural, da personalidade própria dos povos negros. (p.44). Na sua origem tratou-se de um ato de resistência cultural e político, todavia segundo Bernd(1984) a dimensão política foi esvaziada e cooptada pelo capitalismo. Moura (1983) estrutura uma crítica ao movimento Negritude e suas mais diversas inserções no cenário político racial brasileiro. Aponta que o movimento tinha pouca inserção com a população de baixa renda, por suas características pequeno burguesas.

A construção de um movimento de resistência à discriminação racial

O Movimento Negro Unificado (MNU) caracteriza-se como movimento de protesto e denúncia do racismo, pela luta contra todo tipo de opressão e pela emancipação do negro. O principal alvo da resistência negra perpassa por desmascarar o mito da “democracia racial”, pois ele é um grande empecilho para a organização das lutas antirracistas.

No bojo do discurso oposicionista à ditadura militar e com uma restrita participação política, os militantes políticos e ativistas negros começam a questionar a ideia da “democracia racial”. Nesse contexto da ditadura militar, líderes negros são exilados.

A reorganização dos movimentos populares ocorre depois de cerca de dez anos e um marco desse processo foi a fundação do Movimento Unificado contra a Discriminação Racial, que tinha como luta prioritária o movimento contra a discriminação racial (Moura, 1983) e seu nome foi simplificado para Movimento Negro Unificado (MNU). O MNU irrompe em consonância aos movimentos pela redemocratização do País. O foco da sua política estava expresso em três grandes pontos: a denúncia do racismo, da discriminação racial e do preconceito; a denúncia do mito da democracia racial como ideologia que impedia a ação antirracista; e a busca de construção de uma identidade racial positiva por meio do afrocentrismo e do quilombismo, que procuravam resgatar a herança africana no Brasil.

individual respeitosa, ditada pela afeição, como é conveniente se afirmar - é uma política consciente de eugenia racial. (Moore, 2007, p.196)

¹⁴ Os defensores do branqueamento progressivo da população brasileira viam na mestiçagem o primeiro degrau nessa escala. Concentraram nela as esperanças de conjurar a “ameaça racial” representada pelos negros. Viram-na como marco que assinala o início da liquidação da raça negra no Brasil. (MUNANGA, 1999, p. 93)

Assim, têm-se três movimentos em um: a luta contra o preconceito racial, a luta pelos direitos culturais da minoria afro-brasileira e a luta contra o modo como os negros foram definidos e incluídos na nacionalidade brasileira (Guimarães, 2001,p.157).

Importante realçar que a violência policial foi alvo das primeiras críticas do MNU. Este tentou ampliar a categoria de “presos políticos” no final da década de 1970 para exigir a anistia de negros acusados de crime contra a propriedade

O MNU apresentava outras reivindicações: a desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do movimento negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, e a busca pelo apoio internacional contra o racismo no País.

Segundo Guimarães (2007, p.112), o movimento assumiu um discurso radicalizado contra a discriminação racial, por se inspirar na luta a favor dos direitos civis dos negros estadunidenses, projetando lideranças como Martin Luther King, Malcon X e organizações negras marxistas, como os Panteras Negras. O MNU inspirou-se também nos movimentos de libertação dos países africanos, sobretudo os de língua portuguesa, como Guiné Bissau, Moçambique e Angola. O autor aponta que a base do MNU foi a organização marxista, de orientação trotskista. Dessa forma, entendiam que a luta antirracista deveria está associada à luta anticapitalista, pois consideravam que o sistema capitalista se beneficiava do racismo, adotando dessa forma a política que conjugava raça e classe.

A proposta do MNU era unificar a luta de todos os grupos e organizações antirracistas ao nível nacional. A militância perpassava temas educacionais, como a revisão de livros didáticos, na reavaliação do negro na história do Brasil, e a inclusão do ensino da História da África nas escolas. A proposta era promover uma identidade étnica, adotando o discurso da Negritude como o resgate das raízes ancestrais. Um dos outros pontos foi a campanha contra a mestiçagem, considerando que a mesma esteve a serviço do branqueamento. O MNU ressignificou o conceito biológico de raça para um conceito político-social de afirmação política. No período da democratização, os militantes são convocados para compor a e contribuir com a construção da nova institucionalidade política, tanto nas secretarias do governo quanto nos conselhos.

Uma consideração a ser feita é questão da institucionalização do movimento, ou seja, a inclinação a ficar vinculado organicamente ao governo. De um lado, é importante que haja órgãos específicos para tratar a questão da discriminação e da desigualdade raciais, por outro, ao se atrelar ao aparelho do Estado, o movimento pode acabar perdendo sua autonomia e contribuir para o silenciamento dos quadros e setores que nele defendem posições mais radicalizadas e, no limite, contribuir para o amortecimento das tensões que existem entre frações da população negra e os governos, em suas diversas esferas. (DOMINGUES, 2008)

Alguns apontamentos...

Domingues (2008, p. 114) faz uma reflexão sobre os dilemas do movimento negro hoje. O principal mecanismo de mobilização política foram as práticas culturais.

Em alguns casos, as atividades ligadas à “cultura negra”, como música, dança e arte, desempenharam um papel relevante na conscientização racial; em outros, serviram como importantes fóruns de educação política. No entanto, o setor majoritário do movimento negro, historicamente transformou as práticas culturais não em meios, mas em fins si mesmas e na principal estratégia na luta antirracista. Como resultado, as conquistas simbólicas não foram revertidas em benefícios concretos à população negra, em termos de direitos civis.

Hanchard (2001, p. 38) faz uma discussão sobre os efeitos da política culturalista afirmando que : “Nas práticas culturalistas, os símbolos e artefatos afro-brasileiros e afro-diaspóricos são reificados e transformados em mercadoria, a cultura se transforma em coisa, não em processo profundamente político”. Isso implicou em privilegiar as atividades culturais, em vez de pressionar o Estado e a sociedade civil por direitos econômicos e políticos. A visão racialista¹⁵ restringe o problema da população negra à linha de cor, não reconhecendo as divisões de classe, gênero, orientação sexual no interior dessa população.

Essa posição não era homogênea. Hanchard(2001) aponta a existência de uma hegemonia racial sustentada no mito da democracia entre as raças, que possibilitou a manutenção das desigualdades raciais no Brasil.

O movimento negro apresentava dois tipos de políticas: uma voltada para a identidade racial e a outra alicerçada na reivindicação por igualdades.

Alguns autores como Mendonça (1996) afirmam a importância das ações negras que envolvem dimensões culturais, pois expandem a identidade negra para outros espaços público, possibilitando a construção de locais de resistência do movimento. Para Mendonça (1996) há duas correntes de inspiração e também de dissidência entre o movimento negro contemporâneo no Brasil. A primeira corrente vem dos Estados Unidos e defende a reinterpretação da História do negro e a definição de uma identidade positiva para ele. A segunda corrente faz uma associação entre a exploração racial com a de classe pelo sistema capitalista. Nesse caso, o fim da discriminação racial estaria associado ao fim da sociedade de classes (indicar autor, p.123).

O resquício do mito da democracia racial permanece incrustado no imaginário social, propalando o eficaz discurso de que o problema no Brasil não é racial, mas simplesmente social.

O Hip Hop: movimento social da juventude negra?

O movimento Hip Hop surgiu na década de 1990 como movimento cultural inovador, que tinha dimensão nacional e que falava a linguagem da periferia vanguardista das entidades negras tradicionais. O Movimento expressa a rebeldia da juventude afrodescendente, tendendo a modificar o perfil dos ativistas do movimento negro. Os jovens moradores das periferias passam a se identificar com as músicas, com as formas de se vestir, surge uma possibilidade de identidade negra que parte das “quebradas”¹⁶. Os jovens passam a se identificar com as letras e se sentem representados. A escuta das letras, relacionadas com o cotidiano destes jovens, possibilitou uma reflexão sobre os impasses que é viver sob condições que até então eram naturalizadas. Viver em condições de extrema dificuldade financeira , sofrer humilhações da polícia, estar desempregado, passam a ser situações que passam a ser ressignificadas pelas letras do Hip Hop, que geralmente tem um caráter de questionamento do status quo. Os jovens passam a fazer parte do grupo, um lugar de pertencimento que os liga aos jovens de todas as “quebradas” que vivem esta realidade.

Começaram a surgir shows nos bairros e intercâmbio entre os mesmos.

Desta forma, alguns consideram que é um instrumento político de uma juventude excluída.

Segundo Silva (2007), o movimento que tem como objetivo denunciar as desigualdades e a discriminação, transformando-se num veículo de construção de identidades, por meio de mecanismos culturais de intervenção, práticas discursivas, musicais e estéticas. Dessa maneira, a ampliação da consciência social e étnica passa a servir como mobilizador de novos comportamentos, nos quais o

¹⁵Este projeto está fundado na premissa de que “existem características hereditárias, possuídas por membros de nossa espécie, que nos permitem dividi-los num pequeno conjunto de raças, de tal modo que todos os membros dessas raças compartilham entre si certos traços e tendências que eles não têm em comum com membros de nenhuma outra raça.(Domingues, 2008, p.115)

¹⁶ “Quebrada” é a forma que muitos jovens denominam os lugares onde moram e onde vivem o seu cotidiano.

objetivo é provocar uma reação crítica nos jovens, questionando elementos tais como a exclusão socioeconômica e a violência que estão presentes no imaginário social. Esta juventude caracteriza-se por estar vivenciando um cotidiano marcado pela violência, desemprego, exclusão e preconceito.

O preconceito racial ao lado do processo de marginalização imposto ao jovem negro se tornam os dois elementos determinadores do seu comportamento. Silva (2007) aponta ainda que o Hip Hop transformou-se em grande potencializador dos jovens negros das periferias da cidade de São Paulo. Os *rappers* são tidos como porta-vozes desse universo periférico.

Este processo se expande em vários pontos das periferias brasileiras. Aos poucos, alguns grupos vão se destacando e começam a ter uma representação nacional e ganhos econômicos. Nesse processo, o movimento nos bairros vai se esvanecendo e alguns grupos buscam a profissionalização, muitas vezes em detrimento da proposta de denunciar as injustiças sociais. Alguns grupos de *rappers* foram se profissionalizando e buscando espaço na mídia, e a venda desse produto cultural redimensionou o lugar do Hip Hop na periferia. A denominação de movimento juvenil de contestação tornou-se algo distante para a realidade da maioria destes jovens, a inserção no mercado direciona muitos dos grupos para outros rumos.

Enquanto manifestação artística, o Hip Hop continua se expandido e ainda é escutado em todos os rincões da periferia. Algumas músicas permanecem com o tom reivindicativo, mas em muitos dos grupos o objetivo se modificou.

Algumas sobre os movimentos negros hoje

Muitas lutas têm sido travadas em prol da implementação de ações afirmativas. Por sinal, a implementação das primeiras ações políticas aponta para o fim do mito da democracia racial, ou seja, a ideia de que não existem preconceitos ou discriminações entre brancos e negros (DOMINGUES, 2005, p. 174).

Para mudar situações claras de desigualdade social e econômica são necessárias medidas voltadas para promover melhores condições para o grupo que se encontra em posição de desvantagem. Essas medidas são conhecidas como ações afirmativas, que podem ser públicas ou privadas (de empresas, por exemplo). Tais ações representam uma forma de compensação ou reparação à discriminação sofrida. Alguns programas de ações afirmativas estão em curso.

O trabalho não remunerado por quase quatro séculos teria significado expropriação do negro, que precisa ser reparado materialmente. É este ponto de vista que norteia do movimento das reparações em todo o mundo. Os africanos escravizados também teriam sido submetidos a um “genocídio” – que incluía o sequestro na África, confisco de bens materiais, a devastação populacional, o tráfico negreiro –, por isso seus descendentes aqui deveriam ser compensados pecuniariamente¹⁷.

Os movimentos negros hoje – a luta contra o genocídio da juventude negra

Observa-se, hoje, que com a derrocada do *welfare state*, que aponta para o declínio de um modelo de proteção social e suas formas institucionais, tal como a redução da capacidade de oferta de emprego ao mesmo tempo em que se aprimoram os processos de desregulação do trabalho e sua consequente desqualificação. Esses fatores expressam um cenário social com imensos desafios, entre os quais a

¹⁷ Moore (2007) reforça a partir do argumento que se segue reforça a necessidade de uma reparação: “Foi um verdadeiro crime contra a humanidade arrancar entre 12 e 15 milhões de pessoas do continente africano, para serem sistematicamente escravizadas nas Américas pelo simples fato de serem de raça negra e, presumivelmente, de uma estirpe supostamente inferior. Isso não tem apelo. E aqueles argumentos que intentam amenizá-lo devem ser enquadrados como argumentos especiosos derivados de uma visão de mundo impregnada pelo racismo” (p.165)

produção de uma miserabilidade estrutural que, por sua vez, tem encontrado como resposta uma crescente política de criminalização.

Essa realidade tende a combinar altos índices econômicos com elevados índices de marginalização de indivíduos das atividades produtivas organizadas, excluindo-os, ou melhor, incluindo-os de forma marginal da vida em sociedade, o que concorre simultaneamente para a desestruturação de laços comunitários. O resultado é que a dimensão do outro desaparece: a perspectiva de uma vida em comunidade e dos propósitos humanos se deterioram no conjunto da vida social. A consequência é o recrudescimento da tendência totalitária em virtude do acirramento da contradição do desenvolvimento tecnológico atrelado à reprodução da miséria e das desigualdades sociais e de uma crescente política de criminalização das parcelas mais pobres da população brasileira, em especial, jovens negros.

No Brasil, essa situação é agravada pela formação do Estado brasileiro que foi atravessada por processos históricos de cunho autoritário, racista, excludente e de massacres sistemáticos. Hoje, o “Estado Providência” sucumbe ante o “Estado Punitivo”, cuja assistência social dá lugar à atuação policial e carcerária.

Ianni(2004), nos apresenta mais um elemento para compreensão da realidade atual, aponta para mais um processo de racialização do mundo, que surge no século XXI:

O que ocorreu em outras épocas, a começar pelo ciclo das grandes navegações, descobrimentos, conquistas e colonizações, torna a ocorrer no início do século XXI, quando indivíduos e coletividades, povos e nações, compreendendo nacionalidades, são levados a dar-se conta de que se definem, também ou mesmo principalmente, pela etnia, a metamorfose da etnia em raça, a transfiguração da marca ou traço fenotípico em estigma (Ianni, 2004).

Ao buscar hegemonia, o Estado utiliza-se de práticas repressivas, sempre justificadas pela necessidade de impedir o desequilíbrio, a desarmonia nas funções da sociedade. Assim, reforça o exercício da violência dos grupos dominantes e institui o monopólio da violência pelo Estado, que determina suas regras e valores. Nessa perspectiva, a violência policial torna-se um dos grandes inimigos dos jovens pobres e negros que vivem nas periferias e favelas das grandes cidades (MACHADO e NORONHA, 2002).

O poder coercitivo do aparato policial brasileiro perpassa o cotidiano dos moradores das periferias e dos morros, e a ostentação do poder bélico e da violência espetacularizada reforçam a sensação de medo e insegurança. As constantes invasões domiciliares nas madrugadas, as bombas de efeito moral, as balas de borracha utilizadas de forma indiscriminada transformam esses lugares em constante estado de exceção. Todavia, contraditoriamente, esta situação não pode ser considerada de exceção, pois ocorre regularmente. É a banalização da violência tornando regra a criminalização do pobre. É essa polícia militarizada que nos foi deixada como legado da ditadura brasileira. A polícia, desde sua origem histórica, no tempo da colônia, sempre defendeu os mandatários e, dessa forma, reage com o morador da periferia como se estivesse enfrentando o inimigo, a classe perigosa. As consequências são desastrosas.

Apresento os dados que demonstram essas consequências.

À medida que negros ficaram mais vulneráveis à violência nos últimos cinco anos, a taxa de homicídios da população branca caiu 13%, ao passar de 17,1 por cem mil habitantes em 2006 (15.753 em número absoluto) para 14,9 por mil em 2011 (13.895 casos). O dado reflete a grande disparidade racial que existe no Brasil, quando se trata de vítimas de assassinatos.

Um exemplo de racismo institucional foi o que ocorreu em Campinas. Uma ordem de serviço da 2ª Companhia de Polícia Militar de Campinas (SP) orientava policiais a abordar “especialmente indivíduos de cor parda e negra, com idade entre 18 e 25 anos em grupos de três a cinco indivíduos”¹⁸. Outra consequência é o custo da morte prematura. Segundo Adita 16/07 : “mais de 53 mil pessoas são assassinadas por ano e as vítimas tornaram-se cada vez mais jovens”. Esse jovens, vítimas dos vários tipos de mortes violentas, são predominantemente homens, pardos, com 4 a 7 anos de estudo, mortos nas vias públicas, por armas de fogo. Esse é um dos dados que consta no estudo *Custo da Juventude Perdida no Brasil*, de autoria de Daniel Cerqueira, diretor de Estado, Instituições e Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Uma das formas que a polícia brasileira tenta justificar a violência exercida sobre a população negra são os chamados autos de “resistência seguida de morte”. Com esse passaporte, justificam qualquer morte que venha a ocorrer, e dessa forma, o policial tem “licença para matar”.

A compreensão dos dados acima apresentados só é possível se buscarmos as determinações sociais que fundam o caráter social da formação do povo brasileiro, como apresentado anteriormente neste artigo. Um país escravocrata e uma burguesia extremamente conservadora buscaram de várias formas negar a existência do povo negro, sendo que o desejo maior era a sua extinção.

Atualmente, as várias formas de violências exercidas sobre o povo negro reaviva esse desejo. O Estado utiliza todo o seu aparato para criminalizar e penalizar aquele que há séculos representa ameaça ao *status quo*.

O movimento negro hoje tem quase os mesmos opositores: um Estado violento, autoritário e repressor e uma ideologia que nega todo conflito de raça ou de classe.

As pautas do movimento se modificaram, o neoliberalismo aprimorou a forma de opressão. Assim é necessário ações mais abrangentes no combate ao racismo: lutar contra as invasões de domicílios, ameaças a familiares, armação de flagrantes por portes de drogas, armas e outras ações similares, é necessário acionamentos jurídicos de forma sistemática, a impunidade dos policiais, todavia estas ações, apesar de urgentes e fundamentais, ainda seriam forças paliativas, necessitando ações mais abrangentes no combate ao racismo e à discriminação racial, tais como, reparações, ações afirmativas, cotas nas áreas da educação e do trabalho .

São dois os movimentos mais aguerridos que enfrentam o tema do genocídio constantemente: Comitê contra o genocídio da juventude negra¹⁹ e REAJA ou SERÁ MORTO. Reaja ou será morta! Reaja ou será morto!” de Salvador, lançada em 13/05/2004 e que no ato Vigília pela Vida, que reuniu 700 mil pessoas. Essa iniciativa de parte do movimento negro mostra que aqueles para quem se dirige uma política pública são quem sabem *o que* querem, *como* querem e *porque* querem. A campanha “Reaja” teve como finalidade denunciar o crescimento do número de assassinatos de afrodescendentes e a existência de grupos de extermínio da população negra²⁰.

A proposta é focalizar as ações do Comitê contra o genocídio da juventude negra. A sua forma de ação é protesto e formação, a constituição é plural, suprapartidária. O Comitê se constitui, de uma certa forma, no que Sherer-Warren, Ilse (2006) denomina de mobilizações na esfera pública que :

são fruto da articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes, mas buscam transcendê-los por meio de grandes manifestações

¹⁸ <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,pm-de-campinas-determina-abordagem-de-suspeitos-de-cor-parda-e-negra,987908,0.htm>

¹⁹ <http://contraogenocidio.blogspot.com.br/>

²⁰ http://www.administradores.com.br/resources/files/_modules/academics/academics_2771_20100310140733ca1d.pdf

#page=62

na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo. (p.112).

O Comitê é uma frente que possui valores e projetos em comum, parte do pressuposto que a união e representação de vários movimentos pode constituir-se em uma força de resistência frente a sociedade racista e ao Estado autoritário. É um processo constante de construção e articulações todavia a persistência em relação aos objetivos e aos opositores é constante e é este objetivo que mantém o grupo. Importante ressaltar que o Movimento Negro Unificado (MNU) é um dos grandes articuladores do Comitê

Neste ano, o Comitê contra o genocídio ocupou a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. No final de 2012, ocorreram inúmeras mortes nas periferias, e a suspeita é de que havia se constituído um grupo de extermínio junto aos policiais. A comoção na cidade era grande e o medo perpassava cada olhar. Depois de inúmeras tentativas de diálogo, optaram por ocupar o espaço público para dar visibilidade as nossas reivindicações.

Em síntese, são esses os principais assuntos pautados pelo Comitê Contra o Genocídio: 1. Elucidação de chacinas e mortes do ano de 2012/2013; 2. Reconhecimento e investigação dos grupos de extermínio; 3. Redução da letalidade policial com participação da sociedade civil no monitoramento; 4. Garantia de segurança para denúncias; 5. Ouvidoria e corregedoria com autonomia e efetividade no controle e punição; 6. Indenização a familiares e vítimas fatais ou não; 7. Pelo fim do encarceramento em massa; 8. Fim de registros que mascaram a violência policial; 9. Alteração de evidências no sistema de saúde; 10. Qualificar dados sobre violência e letalidade policial; 11. Autonomia e controle interno do IML.

É importante realçar que em todo ato os militantes arriscam ser presos, pois eles também tem o estereótipo que tanto aflige os operadores de segurança pública.

A ocupação no Shopping Higienópolis, ato organizado pelo Comitê contra o Genocídio da juventude negra foi outro marco e ocorreu com cerca de 500 pessoas. Esse shopping está localizado em um local supervalorizado, umas das regiões onde se concentra a elite paulistana. A especificidade do nome também é simbólica e foi um dos determinantes para a escolha do local. Ao ocupar o Shopping Higienópolis, o movimento deixa a elite paulistana desnuda. Ocupou-se o shopping e se denunciou as políticas de racismo e de extermínio.

As manifestações de racismo e discriminação são uma constante. Assim, o Comitê permanece em constante alerta, sendo um espaço de denuncia, enfrentamento e formação.

Entre os inúmeros casos de racismo, apresentaremos alguns.

Uma estagiária negra de 19 anos foi coagida por sua chefia a alisar o cabelo para que pudesse continuar trabalhando na escola. Os militantes realizaram um ato, em frente à escola, que teve uma imensa cobertura dos principais telejornais. O objetivo era apoiar a jovem, denunciar o racismo e reafirmar a identidade negra, com todas as suas características. Questiona-se, dessa forma, o ideal da beleza eurocêntrica e possibilitou-se uma reflexão sobre a beleza negra. Outro ponto que foi ressaltado nessa situação foi a relação de opressão entre empregador e empregado, reafirmando que a luta ocorre numa perspectiva de classe e de cor.

Outro caso que mobilizou foi o que ocorreu com o filho adotivo de turistas espanhóis no restaurante Nonno Paolo. Os pais levantaram para buscar a comida, e o menino etíope de 6 anos permaneceu

sozinho à mesa. Nesse momento, a criança foi abordada de forma agressiva pelo gerente do restaurante, que queria expulsá-la do estabelecimento, mas com a aproximação dos pais, a situação mudou. Situações como essas são corriqueiras. O garoto foi associado a um menino de rua, simplesmente por causa da cor de sua pele. Os militantes realizaram uma campanha de boicote ao restaurante e um protesto no intuito de fazer com que situações como essas se não tornem ainda mais frequentes.

Na cidade de São Paulo, como em outros locais, tem surgido zonas urbanas, onde vários usuários de crack se reúnem para usar o crack, que são denominadas “cracolândia”. Em 2012, em consequência de uma política higienista, ocorreu uma intervenção da polícia na região. O objetivo era retirada dos moradores daquela região, que em sua maioria são negros. A operação foi muito violenta e houve uma mobilização da população contra a forma de tratamento para com a população que frequentava a “cracolândia”. O Estado nega a realidade e busca invisibilizar esta situação, e os agentes dessa barbárie são os policiais militares, que agem da forma violenta: espancando, usando bala de borracha na boca e com viaturas da polícia, atropelando os indivíduos. Tudo isso com a justificativa de “combater o crack”.

São inúmeras as situações que denunciam o quanto o preconceito racial no Brasil é uma constante, e os casos apresentados apontam que o “sujeito suspeito”, o perigoso, tem cor e classe. São negros e pobres e na sua maioria jovem. Os grupos que constituem Movimento Negro vão se enredando, possibilitando novas formas de ação. Um dos principais pontos de unificação dos vários militantes do movimento negro é o genocídio do povo negro, em especial dos jovens. Jovens e velhos militantes, mulheres e homens se unem contra um sistema que ainda se utiliza do legado da ditadura para garantir uma suposta ordem. Tal sistema busca um culpado, o estigmatiza, o humilha e, por fim, em muitos casos, o extermina, legitimando a sociedade desigual, opressora e racista.

Moore(2007) expressa de forma exemplar o significado do genocídio da juventude negra

Parece suficientemente óbvio que o racismo corresponde a uma forma específica de ódio; um ódio peculiar dirigido especificamente contra toda uma parte da humanidade, identificada a partir de seu fenótipo. É o fenótipo dos povos denominados “negros” que suscita o ódio – um ódio profundo, extenso, duradouro, cujas raízes se perdem na memória esquecida da humanidade e que remetem a insolúveis conflitos longínquos. (p.203)

Referência Bibliográfica:

ANDREWS, G. R. **O protesto político negro em São Paulo (1888-1988)**. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, n. 21, p. 27-48, 1991.

_____. **Negros e Brancos em São Paulo (1988-1998)**. Trad. Magda Lopes. Bauru-SP: Edusc, 1998.

AZEVEDO, C. M. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX**. Vol. 6. Annablume, 1987.

BATISTA, V. M. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. Vol. 2. Instituto Carioca de Criminologia, 2003.

- BENTO, Maria Aparecida Silva; BEGHIN, Nathalie. **Juventude negra e exclusão radical**. Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada,(Org.). Políticas sociais: acompanhamento e análise (2005): 194-197.
- BERND, Z. **A questão da negritude**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DOMINGUES, P.J. **Movimento da negritude – uma breve reconstrução histórica**. In: África: Revista do Centro de Estudos Africanos, 2005.
- _____. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Revista Tempo n. 12, v. 23, p. 100-122, 2007.
- _____. **Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos**. Revista Dimensões, Vitória/ES, n. 21, p. 101-124, 2008.
- _____. **Movimento da negritude- uma breve reconstrução histórica**, In: **África: Revista do Centro de Estudos Africanos**. USP. 2005
- FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classe. São Paulo: Ática, 1978.
- _____. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez: autores associados, 1989.
- GONZALEZ, L; HASENBALG, C. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero,1982.
- GUIMARAES, A. S. **Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito**. Novos Estudos Cebrap 20.61 (2001): 147-162.
- HANCHARD, M. G. **Orpheus and Power: The " Movimento Negro" of Rio de Janeiro and Sao Paulo, Brazil 1945-1988**. Princeton University Press, 1998.
- IANNI, Octávio. **Escravidão e Racismo**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988.
- PINTO, R. P. **O movimento negro em São Paulo: luta e identidade**. Tese de Doutorado: FFLCH-USP, São Paulo, 1993
- MACHADO, E. P. NORONHA, C.V. **A polícia dos pobres: resistência e aceitação da violência policial entre as classes populares urbanas**. Sociologias 4.7, 2002.
- MENDONÇA, L. F. M. **Movimento negro: da marca de inferioridade à construção da identidade étnica**. Dissertação de mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1996
- MOORE, C. **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Mazza Edições, 2007.
- MOURA, C. **Brasil – raízes do protesto negro**. São Paulo: Global, 1983
- _____. **Rebeliões na senzala**. Ed.Zumbi. 1959
- _____. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.
- _____. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. Edições Zumbí, 1959.
- _____. **Dialética radical do Brasil negro**. Editora Anita, 1994.
- MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1986.

- _____. Racismo desigual. **São Paulo em perspectiva**, v. 4, n. 2, p. 51-54, 1990.
- _____. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade Nacional Bus Identidade Negra. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. NOGUEIRA, O. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem**. Tempo Social, revista de sociologia da USP 19.1 (2006): 288.
- MUNANGA, Kabengele. "Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania." *Palestra proferida 1º* (2003).
- QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, E. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. "RACISMO, POBREZA E VIOLÊNCIA." BRASÍLIA: PNUD BRASIL, 2005.
- SILVA, E. M. da. **Jovens negros na década de 90: denúncia, sociabilidade e construção de identidades étnica em torno do movimento hip-hop**. Revista de Iniciação Científica da FFC 5, 2007.
- SCHWARTZ, L.M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SCHERER-WARREN, I. "Das mobilizações às redes de movimentos sociais." *Sociedade e Estado* 21.1 (2006): 109-130.
- SCHUCMAN, L.V. **Racismo e Antirracismo: a categoria raça em questão**. Psicologia Política, v. 10, n. 19, 2010.
- WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Zahar, 2001.
- WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1975.